

A fila Invisível de Porto Alegre

Paulo Masella

Mestrando em Ciências da Comunicação – Teoria e Pesquisa em
Comunicação – ECA – USP.

Resumo

A partir da constatação de um fato corriqueiro ocorrido em Porto Alegre – que sugere que a modernidade perpetua-se, ou recria-se, no imaginário local –, o texto propõe analisar em que medida a crise da racionalidade possa ter sido superada pelo discurso pós-moderno se ainda notamos indícios empíricos do contrário no cenário contemporâneo. Como tentativa de suplantar este impasse coloca-se a questão da insuficiência de modelos cognitivos e metodológicos que não conseguem captar a invisibilidade de certos acontecimentos na cena urbana. Segundo este quadro teórico, e tendo a cidade como objeto de análise, este ensaio pretende discutir como a comunicação insere-se neste contexto e que alternativas pode trilhar na busca de sentido para os fenômenos contemporâneos.

Palavras-chave: epistemologia, cidade, racionalidade, modernidade, percepção.

Abstract

By watching an ordinary fact taken place in Porto Alegre – which suggests that modernity remains or renews the local imaginary – this essay intends to analyze in what proportion the rationality crisis may be overcome by postmodern discourse, considering we still notice manifestations opposing it in the contemporary scenario. In order to go through this dilemma, we address the matter of the insufficiency of cognitive and methodological procedures which can not grasp the invisibility of many urban scene events. According to this theoretical assumption, and having the city as an object of analysis, we aim at discussing how communication works in this context and what alternatives may be found looking for a contemporary phenomena comprehension.

Keywords: epistemology, city, rationality, modernity, perception.

Dizem que há filas invisíveis em Porto Alegre. Tal fenômeno não se reproduz nas mídias que usualmente ocupam-se em propagar à exaustão discursos e imagens menos abstratas. Tampouco as novas tecnologias da comunicação, embora possam fluir com alta velocidade e transitar por ambientes virtuais, parecem possibilitar a visibilidade destes acontecimentos. Aqui não cabe questionar o quanto isto seja possível ou verdadeiro, mas parece que os gaúchos, ao se postarem diante de uma perspectiva de espera, aguardando o momento de adentrar nos veículos de transporte coletivo, simulam uma fila imaginária que corresponderia a sua ordem de chegada. Tudo ocorre como se cada cidadão constituísse um rápido, mas fidedigno, retrato dos indivíduos que lhe antecedem a tais espaços públicos, guardando e interiorizando uma ordem que se funda, neste caso, no respeito à primazia do direito que os primeiros exercem sobre os últimos. A possibilidade de os indivíduos auto-regularem-se segundo uma ordem comum, portanto sem a necessidade de uma coerção externa e eminente que lhes imponha autoridade, como, por exemplo, através de uma fila, causa admiração em um país que se consagra e, muitas vezes, se vangloria pela ausência da disciplina e pela insistência em burlar e escamotear as regras e leis estabelecidas, mesmo que isto ocorra no Rio Grande do Sul que, a despeito de sua formação fortemente influenciada pela imigração européia, encontra-se inapelavelmente inserido no contexto geográfico e histórico nacional.

Uma fila invisível representa um grau mais elevado de civilidade ao supor que a ordem sequer necessita de um comando para realizar-se na medida que é consensual e está interiorizada naqueles indivíduos que a constituem virtualmente, dispensando a desagradável necessidade da violência como coerção. Não se trata, portanto, de apelarmos ao panoptismo e à idéia de sociedade disciplinar. Aqui, não há câmeras vigiando os cidadãos ou quaisquer sistemas de controle que hoje se multiplicam em nossas cidades para coibir a violência ou registrar infrações. Definitivamente, não se pode falar em sistemas de repressão ou punições de qualquer forma no caso das filas invisíveis. Estamos, outrossim, diante da constatação de um modo de coexistência baseado nas noções de cidadania que se ajusta plenamente aos pressupostos modernos de que a educação possibilita a conscientização do indivíduo para uma vida em sociedade. Este sonho iluminista que se realiza nos pampas não só satisfaria plenamente qualquer idealista alemão, como causaria inveja a toda tradição germânica que introjetou exemplarmente o controle pessoal e o imperativo categórico¹ em sua cultura. A invisibilidade da fila é, neste sentido, uma etapa superior na escala evolutiva que o saber propicia, ao transformar toda disposição em linha em uma dispensável e risível configuração de submissão mais apropriada a rituais litúrgicos e militares ou culturas de rebanho. É como se, silenciosos, os gaúchos dissessem com fina ironia preterir demonstrações vulgares de sua capacidade organizacional ao dispensarem linhas demarcadas no espaço para se comportar, como aquelas traçadas pelas agências bancárias para organizar a fila do caixa.

Para além do tom provocativo, as filas invisíveis de Porto Alegre remetem-nos de volta ao projeto iluminista e à possível constatação de que a modernidade no Brasil ainda está por se realizar. Segundo tal lógica, a emancipação dos indivíduos permitiria a realização de um projeto de bem estar social ao qual o sul parece sempre se anteciper. Ainda dentro desta lógica, a complexidade do processo de desenvolvimento do Estado nacional, inserido na especificidade de seu contexto geográfico e histórico, teria inibido e retardado a possibilidade de realização do projeto moderno tal como se procedeu na Europa e nos Estados Unidos. Assim, atenua-se a responsabilidade do fracasso da razão em promover o bem-estar coletivo dos cidadãos em escala global por um movimento anacrônico de desenvolvimento entre os países ditos centrais e periféricos, o que nos colocaria diante da proposição de uma modernidade ainda por se realizar no país.

A relevância de nossa fila invisível remete a um amplo campo de análise do qual pretendemos esboçar aqui três aspectos. O primeiro é o que diz respeito à chamada crise da razão na contemporaneidade e suas implicações nas questões relativas ao esgotamento, incompletude ou irrealização do projeto moderno no Brasil. O segundo trata das possibilidades de apreensão e compreensão das variantes que envolvem o processo cognitivo e simbólico de determinação da cultura de um local. Enquanto o primeiro aspecto envolve uma discussão a partir da falência ou não das potencialidades da razão como instrumento de institucionalização de valores éticos em uma sociedade, o segundo tangencia importantes questões epistemológicas que não podem ser negligenciadas na busca de outorgar sentido aos nossos objetos de pesquisa. Por fim, almejamos discorrer sobre quais caminhos uma teoria da comunicação pode rastrear em busca de uma compreensão dos sentidos da cidade na medida em que seus instrumentais tecnológicos pouco parecem captar acerca da invisibilidade de certos fenômenos, ao menos enquanto tomados como meros sistemas operacionais que pouco criam senão representações do mesmo (de formas instituídas).

Os dois primeiros aspectos aqui abordados – crise da razão e busca de uma epistemologia – não podem ser separados na medida em que uma significativa crítica da modernidade reside no caráter fechado e sectário de análise que o racionalismo adquiriu a partir de seu viés mais estruturalista e, acima de tudo, positivista que remonta ao final do século XIX e contamina uma significativa vertente das teorias da comunicação. Se pensarmos que o iluminismo é herdeiro direto do cartesianismo, veremos que, na origem, a modernidade surge com o propósito de perseguir um método de análise que seja único e inquestionável e, portanto, apela inexoravelmente para uma metafísica que invade o campo do saber. Deste modo, não é gratuito que Nietzsche, um dos primeiros pensadores a preannunciar a pós-modernidade, ao questionar a eficácia da razão como faculdade de entendimento da realidade, ataque uma metafísica que incansavelmente persegue a idéia de uma verdade absoluta. A crítica nietzschiana ao racionalismo pode ser entendida, em larga medida, como uma

crítica ao mito da verdade; como conceito que forja uma identidade aos objetos a partir da eliminação de toda diferença. Essa crença na possibilidade de se atingir a essência das coisas e a estabilidade dos fenômenos funda não só todo pensamento metafísico, como solapa a pluralidade de interpretações que os fenômenos apresentam.

Por outro lado, temos uma crise teórica instaurada a partir do proclamado declínio das metanarrativas (Lyotard, 1988) – antecipada por Freud e Heidegger – que justamente denuncia os modelos explicativos propostos pela modernidade, levando a um redimensionamento das potencialidades do sujeito e da razão. Como consequência, somos colocados diante de uma perspectiva niilista que pensa as redes de informação dentro um quadro sistêmico e de autopoiese (Luhmann, 2000), que tende a anular a noção de sujeito, colocando a técnica em um patamar mítico antes ocupado pela razão. Longe de refutar esta nova configuração epistemológica que a contemporaneidade introduz, não podemos, contudo, desconsiderar constatações empíricas – como a das filas invisíveis – que nos demonstram que a teoria dos sistemas também se inclui em um modelo interpretativo incapaz de dar conta da complexidade dos fenômenos sociais. Mas talvez possamos encontrar uma outra saída para a crise atual para além da lógica dialético-histórica com a qual a razão enlaçou-se tão firmemente a partir de Hegel e Marx, que pressuponha um encadeamento de fatos tão linear quanto teleológico, ao substituímos o reino da necessidade pelo da possibilidade e destituirmos o império da verdade e da identidade, pela pluralidade dos sentidos. Assim, caminhamos para a hipótese de que a crise da razão e sua consequente perda de referenciais éticos e reguladores de uma sociedade estejam atreladas não só a uma questão metodológica, como epistemológica. Retomemos, antes, mais uma vez, nosso objeto de reflexão: as filas invisíveis.

É preciso reconhecer que uma fila invisível possui um inevitável grau de ironia ao reter, em si, a própria negação de parte do seu pressuposto. Pois se a fila, em sua visibilidade, representa uma emblemática constituição do adestramento (Nietzsche, 1983) dos indivíduos, em sua virtualidade escamoteia a rigidez da linha disfarçando-a em uma dispersão de pontos (indivíduos) que, ao olhar desavisado de um estrangeiro, parece não conter senão desleixo ou desordem. Ao descobrir que onde lhe parecia haver acaso (como na dispersão dos indivíduos em torno de um ponto de ônibus) há a mais elevada ordem (de uma linha ou fila invisível traçada por cada um destes indivíduos na espera por sua vez para embarcar no ônibus), o estrangeiro não só se reconhece, como é reconhecido como tal (como estrangeiro). É ao antecipar a sua vez na fila por desconhecimento de causa que recaem, sob o então infrator, os olhares vigilantes do nativo que o tomam por agente de má fé (esperto), estrangeiro ou ambos. O estrangeiro, quando infrator, descobre-se e desnuda-se como tal ao cometer suposto delito e, por ignorância de regras locais tão invisíveis, surpreende-se como em uma “pegadinha”; como se tivessem lhe armado uma cilada.

Para além do inusitado da invisibilidade das filas de Porto Alegre, é fundamental observar que uma cidade comporta inúmeros elementos não visíveis. A cidade é diversas vezes lida e supostamente apreendida através de um quadro semântico que compõe sua paisagem, como mediante seus marcos históricos, sua disposição cartográfica, suas características climáticas, seus elementos urbanos descritos pelos manuais de arquitetura. Os meios de comunicação, por sua vez, não cessam de ecoar e fazer ressonar por todos os cantos essas construções tantas vezes mitificadoras do lugar, transformando a comunicação em caixa de ressonância do mesmo e do instituído. Esses recortes, que usualmente as mídias reproduzem, são tomados através daquilo que uma cidade apresenta em sua visibilidade e por todo aquele que disponha de um arcabouço teórico que lhe garanta um instrumental de análise. Esses instrumentos, contudo, parecem insuficientes para atingir a complexidade de uma cidade que, enquanto visível, posiciona-se apenas como mero objeto de estudo para uma determinada ciência, não possibilitando perceber os inúmeros acontecimentos significativos de comunicação que nela se processam.

Disposta em escalas e recortes de análise, a cidade não revela senão uma multiplicidade de objetos que se comunicam em fluxos mais ou menos velozes, cujo sentido não pode ser extraído por uma determinação do sujeito sintagmático que dela apropria-se com sua lupa. Tampouco se garante sentido à cidade ao dispô-la através de uma ordenação cronológica que busque no movimento histórico a causa de sua atualidade. A cidade não se esgota ou se explica como receptáculo de objetos visíveis que se relacionam por um mecanismo apropriado e consagrado pelo modelo do olhar científico que, no limite, não passa de estrangeiro a toda uma lógica que só se revela através de uma inserção permanente e atenta na complexidade orgânica que se constitui a cidade. As análises verticais que partem exclusivamente de um método histórico-dialético sem dúvida podem fornecer explicações bastante plausíveis sobre a constituição de fenômenos urbanos, como processos de favelização, formação de guetos ou tribos culturais, e processos de degradação ambiental, mas parecem insuficientes para abarcar a complexidade rizomática (Deleuze e Guattari, 1995-1997) que a realidade possui, principalmente quando nos deparamos com os instrumentais tecnológicos e o aparato semântico que a comunicação disponibiliza na contemporaneidade, multiplicando a possibilidade de novas conexões significantes.

Por outro lado, se as teses multiculturalistas favorecem uma dimensão horizontal de investigação, em que os elementos culturais são pensados a partir de matrizes próprias, sem juízos de valores que facilmente expõem suas tendências metafísicas e se, igualmente, buscam captar nestas manifestações culturais sua instantaneidade, sua dimensão de acontecimento, não nos parece que este reconhecimento da realidade tampouco elimine a perspectiva de uma análise verticalizada da mesma, como ocorre na tradição racionalista que tende a procurar a explicação dos fenômenos através de umnexo causal e histórico.

Significa dizer que, no nosso caso, não podemos abster-nos da constatação de que as filas invisíveis ocorram em Porto Alegre e não em outro lugar, solicitando uma investigação acerca das origens deste fenômeno. Contudo, nada impede que esse mesmo fenômeno repita-se “espontaneamente” em outro local, sem que guarde nenhuma causalidade com Porto Alegre, de modo que não devemos nos furtar a uma permanente abertura à imprevisibilidade dos acontecimentos em nossa busca por uma compreensão não sectária da realidade.

Entre uma e outra perspectiva, os processos de produção de sentido da realidade parecem-nos mais eficazes para a compreensão dos fenômenos ao envolverem uma simultaneidade na ação dos dois eixos – vertical e horizontal – que podem ser mais bem percebidos através de cortes transversais da realidade. Nestes cortes, extrai-se também, tanto quanto seja possível, toda a invisibilidade que os métodos de análise anteriormente citados por vezes deixam escapar. Como afirma Merleau-Ponty (1991: 88): “a vida pessoal, a expressão, o conhecimento e a história avançam obliquamente, e não em linha reta para os fins ou para os conceitos”. O que se procura, portanto, nesses processos transversais de análise não é só atingir o “porquê” e o “como” dos fenômenos, conciliando o eixo vertical e horizontal de pesquisa, mas fundamentalmente os sentidos que surgem em suas lacunas.

Ocorre que para manipular essa simultaneidade de perspectivas, temos que assumir por pressuposto que o sentido é sempre uma construção, e pouco ou nada guarda de um viés metafísico no qual a noção de verdade fundamenta-se. Seguindo este raciocínio, não há nenhuma verdade escondida por trás do caso das filas invisíveis de Porto Alegre, mas apenas um sintoma (Deleuze, 1976: 3), uma construção de imaginário de cidade que se pensa organizada e vive essa organização construída. Certamente pode-se atribuir a essa construção “causas históricas”, mas também o sentido recria-se através de processos de metamorfose que diluem permanentemente a centralidade dos sujeitos históricos em formas cambiantes de múltiplos fractais e, portanto, não podemos fechar nossa compreensão dos fenômenos em modelos rígidos e compartimentados que congelem a realidade em eixos binários.

Para se alcançar a invisibilidade de certos fenômenos que não se revelam facilmente ao observador distanciado, é preciso operar algumas transformações metodológicas como: substituir as categorias epistemológicas de sujeito-objeto, e a separação determinante entre interior e exterior que desta decorre, pela noção mais abrangente de subjetividade², e inserir as noções de vontade, desejo, ou ainda de um inconsciente maquínico (Deleuze e Guattari, 1995-1997), que atuem na direção da produção de sentido. Posto isso, permite-se que a diferença e o sentido surjam através das dobras entre a subjetividade e a alteridade, conquanto a diferença não se apreende a partir de um congelamento da realidade, mas restituindo-a em seu movimento. E aqui reside o desafio desta metodologia, pois ao nos postarmos como observadores destacados de nosso objeto de investigação, dele só percebemos seu movimento através de

uma lógica temporal, linear e cronológica, enquanto que se deixamo-nos levar pelos fluxos intensivos que os fenômenos processam, mergulhamos em uma emaranhada rede de perspectivas que nos submete a uma vertigem da qual perdemos o centro e o controle. Estamos, então, suspensos em um delicado abismo, mas do qual não podemos nos esquivar cegando-nos diante de toda contingência que insiste em nos cercar. A procura do sentido é menos uma finalidade do que os desvios com que a imprevisibilidade nos surpreende, afinal “não há finalidade senão no sentido em que Heidegger a definia quando dizia, aproximadamente, que ela é o tremor de uma unidade exposta à contingência que se recria infatigavelmente” (Merleau-Ponty, 1991: 104).

A cidade é acionada por um reconhecimento de senhas secretas que se revelam a cada novo olhar, a cada nova e dedicada imersão que nela fazemos, permitindo-nos vivenciar seus sentidos e ampliá-los. A partir desta perspectiva, os elementos que constituem uma cidade não se comunicam por si só como se possuíssem um sentido intrínseco e único, mas exigem um olhar crítico que depure o invisível daquilo é visível e dado pelos códigos de linguagem construídos pela comunidade na qual nos inserimos. Isto não significa que não possamos compreender e nos comunicar com aquilo que nos é distante e estrangeiro, pois, em larga medida, compactuamos de códigos mais ou menos universais de comunicação e construção da realidade, principalmente em função das mídias. Todavia, a globalização dos processos de comunicação não nos garante a compreensão de aspectos invisíveis que a cidade guarda em sua dinâmica.

A Vargas, não é a Presidente Vargas para os cariocas, como a Brigadeiro não é a Faria Lima para os paulistanos. Tampouco a Bela é a Bela Cintra para os paulistanos, embora a Teodoro, a Cardeal e inúmeras outras vias públicas da cidade dispensem seus complementos nominais para serem reconhecidas. Ou seja, os nomes de algumas vias públicas que constantemente são referidos pelos seus nativos apenas por uma parte, podem denunciar – como no caso das filas invisíveis – a situação do estrangeiro, a partir do momento em que o mesmo acredita poder utilizar uma norma geral para todos os casos como se fosse uma regra de linguagem; pois o simples conhecimento do fato de que muitas ruas são nomeadas apenas por uma parte não implica que se possa aplicar o mesmo preceito para todas. Ocorre também que as noções de nativo e estrangeiro não guardam necessariamente uma identidade nítida, ou muito menos absoluta, que lhes garanta a condição de detentoras de uma possível totalidade de signos que a cidade possui. Essa identidade não é factível por dois motivos. Primeiro porque um nativo pode desconhecer os códigos de uma área estrita de sua própria cidade, assim como um estrangeiro pode, paradoxalmente, conhecê-los. Segundo, porque a cidade não possui um número finito de signos passíveis de cognição, mas é um corpo, uma máquina incessante de produção de novos signos na justa medida que múltiplos agentes – principalmente midiáticos – estão sempre a lhe interpor novas interfaces.

O conhecimento dos códigos de uma área da cidade não está circunscrito necessariamente ao nativo, mas a uma subjetividade que perpassa os limites impostos tanto pelas noções de cidadão como de cidade, o que nos remete a pensar que as fronteiras da cidade indubitavelmente não cabem no círculo traçado administrativamente. Os recortes que se acumulam na tessitura de uma cidade são incontestavelmente inúmeros e são usualmente observados em escalas e modos de atividade que nomeiam seus fluxos nas mais diversas ordens como econômica, política, social. A mera justaposição desses recortes ou tessituras que compõem a cidade não garante, contudo, a emersão de uma suposta totalidade da cidade. Esta não possui uma totalidade porque sequer pode-se hoje afirmar que a cidade tenha limites.

Como observa Virilio (1993: 9-12): “a representação da cidade contemporânea” deve, “a partir de agora, relacionar-se com a abertura de um ‘espaço-tempo tecnológico’”, a partir do qual “termina a separação entre o próximo e o distante”. Disto decorre que se a noção de limite era determinante nas análises do espaço na modernidade, hoje ela dissolve-se. Esmiuçando esta questão do limite, Virilio se pergunta “em que momento uma cidade nos faz face?”, e completa dizendo que: “se a metrópole ainda possui uma localização, uma posição geográfica, esta não se confunde mais com a antiga ruptura cidade-campo e tampouco com a oposição centro-periferia”, visto que essa oposição “dissipou-se com a revolução dos transportes e o desenvolvimento dos meios de comunicação”, em contrapartida, a interface da tela “passa a existir enquanto ‘distância’, profundidade de campo de uma representação nova, de uma visibilidade sem face”, destituindo a cidade de seus limites objetivos, passando a “flutuar em um éter eletrônico desprovido de dimensões espaciais, mas inscrito na temporalidade única de uma difusão instantânea”. Todavia, se Virilio pressupõe uma total desterritorialização das células espaciais, protagonizadas pela aceleração da velocidade dos meios de comunicação, é prudente recorrer à perspectiva deleuziana que toma os processos de desterritorialização atrelados a um pensamento nômade que, embora rompa com a estabilidade dos modos atualizados de significação em busca do devir, recai sobre novos territórios. Significa dizer que os processos de desterritorialização não podem ser entendidos ou reduzidos como uma etapa de um movimento histórico, senão como sintoma da contemporaneidade. E, portanto, não podem ser tomados em sua enganosa dimensão teleológica, mas através de uma temporalidade cíclica. Novamente, não devemos nos contentar em substituir um quadro epistemológico em crise por um sistema, ou modelo, que, sob a aparência do novo, reincide no mesmo.

Se por um lado, a imersão na cidade permite desvelar muito dos seus recônditos sentidos, exigindo do observador um esvaziamento de sua própria condição de sujeito cognoscitivo e distante para que se dissolva na cidade, por outro lado, é a própria condição de estrangeiro que permite ao observador perceber o sentido que, por vezes, não aparece ao próprio nativo que raramente se

coloca na condição de espectador de sua própria cidade. Assim, a cidade parece conter um curioso paradoxo, qual seja, a de que o seu sentido revela-se pela alternância entre a condição de estrangeiro e nativo. É através da possibilidade de o estrangeiro se confundir com o nativo, assim como o nativo se comportar como estrangeiro, que a cidade deixa-se experienciar em uma riqueza de sentidos que a exclusão de uma das perspectivas não é capaz de fornecer por si só. É da alternância e simultaneidade entre o dentro e o fora que se permite notar a diferença, permitindo ao sentido emergir³.

Mediante a multiplicidade de leituras que a cidade disponibiliza através de um recorte transversal de sua tessitura, coloca-se então a questão da insuficiência das mídias para captar a complexidade da comunicação que permeia e anima os lugares onde ela própria se cria. A retenção exagerada de atenção exclusivamente sobre as tecnologias de comunicação, extraídas de sua potencial capacidade de subjetivação, recai apenas sobre a instauração de supostamente novos modelos de entendimento do processo de comunicação que esbarram constantemente em um niilismo em nada profícuo, pois escamoteiam a possibilidade de que uma efetiva comunicação ocorra. Afinal o que podem as novas tecnologias da comunicação produzir de efetivamente novo se desconectadas da subjetividade que lhes atravessa? Se um dos embates mais vigorosos da comunicação situa-se no confronto entre Habermas e Luhmann, é porque este sinaliza que questões de ordem epistemológica não podem escapar ao debate dos meios de comunicação e, neste sentido, uma aproximação com o pensamento filosófico não implica em uma perda de identidade para a teoria da comunicação, mas, ao contrário, uma saudável revitalização e aprofundamento.

As noções de espaço liso e estriado (Deleuze e Guattari, 1995-1997) já evidenciaram que as possibilidades de leitura de uma cidade estão muito além da visibilidade dos marcos institucionais e dos fluxos de comunicação que as mídias ofertam. Tais noções contribuem para entender como novos sentidos agenciam-se na constituição do espaço, realocando as forças midiáticas por força da subjetividade. Se o espaço estriado é aquele carregado de significação, saturado de signos, como o da cidade; o liso, como o mar ou o deserto, é o espaço que se abre aos novos sentidos. No entanto, tanto o liso se transforma em estriado, como o estriado em liso. A invisibilidade já habitava a linguagem muito antes que a comunicação tomasse corpo como disciplina e, no entanto, as imbricações da comunicação com a lingüística reduziram as possibilidades de sentido da palavra e da fala para instalarem-se em um campo povoado de signos que roubam da realidade as contingências e a imprevisibilidade. O alojamento da comunicação nesses espaços duros ocupados pelos signos elimina os hiatos que se formam nas entrelinhas da fala, levando-a a contentar-se em atuar como meio ou mediação. Mas, “muito mais que um meio, a linguagem é algo como um ser, e é por isso que consegue tão bem tornar alguém presente para nós: a palavra de um amigo ao telefone nos dá ele próprio, como se estivesse inteiro nessa maneira de interpelar e de despedir-se, de começar e terminar

as frases, de caminhar pelas coisas não-ditas. O sentido é o movimento total da palavra, e é por isso que nosso pensamento demora-se na linguagem. Por isso também a transpõe como o gesto ultrapassa os seus pontos de passagem. No próprio momento em que a linguagem enche nossa mente até as bordas, sem deixar o menor espaço para um pensamento que não esteja preso em sua vibração, e exatamente na medida em que nos abandonamos a ela, a linguagem vai além dos 'signos' rumo ao sentido deles" (Merleau-Ponty, 1991: 43). "A linguagem não está a serviço do sentido e, contudo não governa o sentido. Não há subordinação entre ela e ele. Aqui ninguém manda e ninguém obedece. Aquilo que queremos dizer não está a nossa frente, fora de qualquer palavra, como pura significação. É apenas o excesso daquilo que vivemos sobre o que já foi dito" (Merleau-Ponty, 1991: 88).

As filas invisíveis de Porto Alegre incitam a reflexão ao pressuporem que, se por um lado, o imaginário de uma cidade não aboliu o projeto moderno de crença na possibilidade de uma sociedade emancipada e organizada, por outro, demonstram que as formas de configuração deste espaço da cidade não se tornaram necessariamente visíveis diante de formas de conhecimento e observação herdadas do método racionalista. As filas invisíveis denunciam também que a sociabilidade que se constrói nas cidades não é captada pela alta tecnologia que os meios de comunicação disponibilizam sem que se insira a subjetividade necessária para torná-la possível.

NOTAS

1 O imperativo categórico kantiano: "age sempre de acordo com uma máxima tal que possas querer ao mesmo tempo em que se converta em lei universal" funciona como espécie de proposição universal pela qual os sujeitos racionais passariam a agir tendo em vista um bem-estar social. O imperativo categórico representa, portanto, o auge das pretensões que o idealismo alemão no campo ético.

2 A categoria de sujeito está intimamente ligada à noção de identidade, tal qual proposta por uma lógica formal que pensa o ser a partir do princípio da contrariedade e fundamenta as antinomias de uma razão que necessariamente tem que estar localizada em um dos pólos cognitivos (sujeito-objeto). Assim, o sujeito adquire uma interioridade que demarca uma nítida fronteira entre o pensamento e o mundo, entre o ser e as coisas. Mesmo com Hegel esse sujeito persiste, conquanto retenha em si a contradição em seu processo de síntese. A fenomenologia de Merleau-Ponty, quando afirma que "somos feitos do mesmo estofa que o mundo", substituindo a consciência pelo corpo, através do qual se alcança o âmago das coisas fazendo-se mundo, contribui para derrocada da interioridade do sujeito ao se confundir com as coisas, com os objetos, além de "alargar" os limites da razão. Sobre esse assunto, vale também consultar as obras de Michel Foucault e Deleuze que tratam do tema da subjetividade. Nesses autores, pode-se atribuir à subjetividade uma perspectiva aproximada que desfaz a clivagem entre a interioridade do pensamento e a exterioridade do mundo.

3 Gilles Deleuze, ao discutir a possibilidade do sentido, fala que o mesmo está "na fronteira", ao invés de se encontrar nas alturas e profundidades; importa a ele a superfície de contato, o avesso que continua no direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELEUZE, Gilles. Bergsonismo. São Paulo, Ed. 34, 1999.

_____. Nietzsche e a filosofia. Rio de Janeiro, Editora Rio, 1976.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia, vols.1 a 5. São Paulo, Ed. 34, 1995 a 1997.

_____. O que é a filosofia? São Paulo, Ed. 34, 1992.

DESCARTES, René. Discurso do Método. São Paulo, Nova Cultural, 1987.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis, Vozes, 1987.

GUATTARI, Felix. Caosmose: um novo paradigma estético. São Paulo, Ed. 34, 1992.

LUHMANN, Niklas. The reality of mass media. Stanford, Stanford University Press, 2000.

LYOTARD, Jean-François. O pós-moderno. Rio de Janeiro, José Olympio, 1988.

MARCONDES, Ciro. O escavador de silêncios. São Paulo, Paulus, 2004.

_____. Razão durante. <http://www.eca.usp.br/núcleos/filicom>

MERLEAU-PONTY, Maurice. Signos. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

NIETZSCHE, F.W. Obras incompletas. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

VIRILIO, Paul. O espaço crítico. Rio de Janeiro, Editora 34, 1993.

70

